

# Tomando Decisões Bíblica

Lição 4

A Perspectiva Normativa:  
Peças E Aspectos Da Escritura



**thirdmill**

Biblical Education. For the World. For Free.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida sob qualquer forma, ou para fins lucrativos, exceto em breves citações para os propósitos de revisão e comentários, sem a permissão da editora Third Millennium Ministries, Inc. 316 Live Oaks Blvd., Casselberry, Florida 32707.

A menos que indicado de outra forma, todas as citações das Escrituras são da Bíblia Sagrada, Standard Version® (ESV®), copyright © 2001 por Crossway um ministério de publicação da Good News Publishers. Usado com permissão. Todos os direitos reservados.

### **SOBRE O THIRD MILLENNIUM MINISTRIES**

Fundado em 1997, Third Millennium Ministries é uma organização cristã sem fins lucrativos dedicada a proveer:

#### **Educação Bíblica, Grátis, Para o Mundo**

Nosso objetivo é oferecer educação cristã gratuita a centenas de milhares de pastores e líderes cristãos em todo o mundo que não possuem treinamento suficiente para o ministério. Atingimos esse objetivo produzindo e distribuindo globalmente um currículo de seminário multimídia sem paralelo em inglês, árabe, mandarim, russo e espanhol. Nosso currículo também está sendo traduzido para mais de uma dúzia de outros idiomas por meio de nossos ministérios parceiros. O currículo consiste em vídeos com gráficos, instruções impressas e recursos da Internet. Ele foi projetado para ser usado por escolas, grupos e indivíduos, tanto online quanto em comunidades de aprendizagem.

Ao longo dos anos, desenvolvemos um método altamente econômico de produzir lições de multimídia premiadas com o melhor conteúdo e qualidade. Nossos escritores e editores são educadores teologicamente treinados, nossos tradutores são falantes nativos teologicamente de seus idiomas-alvo e nossas lições contêm as idéias de centenas de respeitados professores e pastores de todo o mundo. Além disso, nossos designers gráficos, ilustradores e produtores aderem aos mais altos padrões de produção usando equipamentos e técnicas de ponta.

Para cumprir nossas metas de distribuição, a Thirdmill estabeleceu parcerias estratégicas com igrejas, seminários, escolas bíblicas, missionários, emissoras cristãs e provedores de televisão por satélite e outras organizações. Essas relações já resultaram na distribuição de inúmeras vídeo-aulas para líderes indígenas, pastores e estudantes do seminário. Nossos sites também servem como vias de distribuição e fornecem materiais adicionais para complementar nossas lições, incluindo materiais sobre como iniciar sua própria comunidade de aprendizado.

Thirdmill é reconhecido pelo IRS como uma corporação 501 (c) (3). Dependemos das contribuições generosas e dedutíveis de impostos de igrejas, fundações, empresas e indivíduos. Para mais informações sobre o nosso ministério e para saber como você pode se envolver, visite [www.thirdmill.org](http://www.thirdmill.org).

# Conteúdo

<b>I. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>II. Variedade das Escrituras .....</b>	<b>1</b>
A. Linguagem	2
1. Extraordinário	2
2. Ordinário	3
B. Literatura	5
C. Implicações	7
<b>III. A lei de Deus nas Escrituras .....</b>	<b>8</b>
A. Dez Mandamentos	8
B. Três tipos de Lei	11
1. Qualificações	11
2. Valor	12
3. Aplicação	13
<b>IV. Unidade das Escrituras.....</b>	<b>16</b>
A. Mandamento do Amor	17
B. Evangelho da Graça	18
C. Nova Aliança	20
D. Harmonia	22
<b>V. Conclusão .....</b>	<b>23</b>

# Tomando Decisões Bíblicas

## Lição 4

### A Perspectiva Normativa: Peças E Aspectos Da Escritura

## INTRODUÇÃO

---

Um amigo meu recentemente comprou uma bicicleta para o filho. A bicicleta exigia alguma montagem — coisas como prender as rodas e os pedais. Mas não havia instruções para montar a bicicleta. Agora, meu amigo sabia como deveria ser uma bicicleta e como ela deveria funcionar, então, mesmo sem um manual, ele conseguiu montá-la. Mas imagine o que teria acontecido se ele nunca tivesse visto uma bicicleta antes. Nesse caso, ele provavelmente não teria conseguido montá-la corretamente.

De certa forma, a Bíblia é como uma caixa de peças de bicicleta sem instruções. Assim como é relativamente fácil reunir coisas que são familiares, também é relativamente fácil descobrir algumas coisas básicas sobre o significado e o uso adequado da Bíblia. Por outro lado, assim como é difícil montar dispositivos complicados sem instruções, é difícil aplicar a Bíblia a questões éticas complicadas quando não entendemos o funcionamento mais refinado das Escrituras.

Esta é a quarta lição da nossa série *Tomando Decisões Bíblicas*, e nós intitulamos esta lição “A Perspectiva Normativa: Partes e Aspectos da Escritura”. Conforme declaramos ao longo dessas lições, o julgamento ético sempre envolve a aplicação da Palavra de Deus a uma situação de uma pessoa. E isso nos levou a falar de três considerações essenciais ao tomar decisões bíblicas: o padrão adequado da Palavra de Deus, que associamos à perspectiva normativa da ética; o objetivo correto, que está de acordo com a perspectiva situacional; e o motivo adequado, que corresponde à perspectiva existencial.

Nesta lição, focaremos uma terceira vez na perspectiva normativa, explorando o processo pelo qual discernimos padrões éticos na Bíblia. E estaremos focando nossa atenção nas diferentes maneiras pelas quais as várias partes e aspectos das Escrituras comunicam as normas de Deus para nós.

Nós dividiremos nossa discussão das partes e aspectos da Escritura em três partes principais: Primeiro, veremos a variedade de materiais que encontramos nas Escrituras. Em segundo lugar, examinaremos mais de perto os livros e passagens que compõem a lei de Deus nas Escrituras. E terceiro, abordaremos a unidade das Escrituras que reunirá todas as partes e aspectos da Bíblia. Vamos começar com a variedade que encontramos nas Escrituras.

## VARIEDADE DA ESCRITURA

---

Qualquer um que tenha lido muito a Bíblia deve reconhecer que a Escritura não é uniforme. Contém histórias, poesia, sabedoria, profecia, cartas e todo tipo de outros textos. E dentro de cada um desses textos, encontramos ainda mais variedade. Afinal de contas, cada autor escreveu à sua própria maneira, e sua própria escrita variou ao longo

de seu trabalho. Às vezes ele dava ordens; às vezes ele explicava detalhes; às vezes ele lembrava uma experiência pessoal. E essa variedade não é acidental. Deus ordenou cada porção da Bíblia para contribuir de acordo com os padrões da ética cristã. Agora, porque as Escrituras se comunicam de muitas maneiras diferentes, não é suficiente para nós simplesmente sabermos o que a Bíblia diz. Também precisamos saber como a Bíblia se comunica para que, quando lemos o que diz, entendamos o que isso significa.

A variedade que encontramos na Bíblia pode ser descrita de muitas maneiras diferentes, e nenhum caminho é abrangente. Mas, para dar uma ideia desta dimensão das Escrituras e suas implicações para a ética cristã, abordaremos três assuntos: Primeiro, falaremos da variedade de linguagem empregada na Bíblia. Em segundo lugar, falaremos da variedade dos tipos de literatura presente na Bíblia. E terceiro, examinaremos as implicações dessa variedade para o ensino ético moderno. Começaremos examinando os assuntos menores e mais simples relacionados à linguagem e depois passaremos para as questões maiores e mais complexas da literatura.

## LINGUAGEM

Em primeiro lugar, a Bíblia exhibe toda a gama de linguagem que encontramos em toda comunicação humana. Ele contém declarações, perguntas, promessas, ofertas, maldições, bênçãos, ameaças, citações de julgamentos, resumos, comandos, conselhos, pedidos, exclamações, descrições, gritos de desespero, expressões de desejo, admiração e amor, e muito, muito mais. A linguagem bíblica pode ser emocionalmente reservada ou emocionalmente carregada. Algumas delas são bastante imaginativas, usando o simbolismo e outras figuras de linguagem, enquanto outras linguagens são relativamente pouco imaginativas, expressando as questões de uma maneira mais direta. A Bíblia inclui tanto sarcasmo quanto linguagem sincera. Emprega insinuações e alusões tão livremente quanto fornece comentários explícitos. Ele usa hipérboles e subavaliações e coloquialismos. E muitas vezes nem se dá ao trabalho de declarar o óbvio, mas apenas assume isso.

Essa tremenda variedade de linguagem nos apresenta vários desafios quando lemos a Bíblia. Afinal, se não soubermos reconhecer esses diferentes tipos de linguagem, e se não entendermos como cada um se comunica, provavelmente interpretaremos mal os ensinamentos da Bíblia.

Agora, ao longo dos tempos, os cristãos propuseram muitas maneiras de lidar com os desafios apresentados pela variedade de linguagem da Bíblia. Mas é seguro dizer que a maioria dessas soluções caíram em um dos dois grupos: aqueles que acreditam que a Bíblia usa a linguagem de maneira extraordinária, e aqueles que acreditam que a Bíblia usa a linguagem de maneira comum.

### Extraordinário

Muitas vezes, aqueles que acreditam que a Bíblia fala de maneiras extraordinárias oferecem soluções que ignoram os diferentes tipos de linguagem da Bíblia. Em vez disso,

eles simplificam demais a linguagem bíblica a fim de desenvolver um sistema de interpretação que possa ser aplicado de maneira igual a todas as Escrituras.

Por exemplo, na Idade Média, muitos teólogos acreditavam que, porque a Bíblia é inspirada por Deus, ela se comunica por várias maneiras extraordinárias que excedem a compreensão humana. De acordo com esse pensamento, todo texto bíblico possuía uma variedade de significados simbólicos que às vezes eram escondidos até mesmo dos autores das Escrituras. Sob este sistema, todo texto foi presumido como tendo pelo menos algum significado metafórico, independentemente das intenções do autor humano.

Mais recentemente, muitos cristãos que acreditam que a linguagem das Escrituras é extraordinária foram na direção oposta. Em vez de acreditar que a natureza extraordinária da Escritura dificulta a interpretação, eles insistem que a natureza extraordinária da Escritura torna sua linguagem fácil de interpretar. Alguns deles argumentam que o Espírito Santo revela diretamente verdadeiras interpretações ao seu povo, de modo que se torna desnecessário saber que tipo de linguagem estamos lendo, como também se torna desnecessário saber a forma que esse tipo de linguagem normalmente comunica significado. Outros argumentam que a linguagem das Escrituras deve sempre ser interpretada da forma mais literal possível, de modo que os significados metafóricos são procurados apenas quando os significados não-figurativos não fazem sentido.

Por exemplo, é aparente que na comunicação comum os seres humanos geralmente usam hipérboles ou exageros. Mas muitos cristãos comprometidos com a autoridade bíblica não reconhecem que as hipérboles aparecem na Bíblia. Em vez disso, eles tratam cada afirmação nas Escrituras como se fosse direta, imparcial e precisa.

No discurso e na escrita comuns, muitas vezes resumimos as questões, esperando que nosso público preencha as lacunas com outros conhecimentos que eles têm. No entanto, alguns cristãos acham difícil reconhecer que escritores inspirados fizeram a mesma coisa. Em vez disso, eles tratam as passagens como se fossem totalmente abrangentes, em vez de limitadas em seu escopo.

Além disso, reconhecemos que na escrita e na fala comum, muitas vezes somos sarcásticos e dizemos exatamente o oposto do que queremos dizer. No entanto, muitos crentes acham difícil aceitar que o sarcasmo apareça na Bíblia.

Em contraste com essas opiniões que a linguagem das Escrituras é extraordinária, encontramos a visão que a Bíblia se comunica através de uma linguagem humana comum, usando todas as convenções normais da comunicação humana.

## Ordinário

Você se lembrará de que, em uma lição anterior, falamos da clareza da Escritura pela qual queríamos dizer que a Bíblia não é obscura, que não está cheia de significados ocultos que só podem ser descobertos através de meios misteriosos, ou através de dons espirituais especiais, ou por aqueles que ocupam cargos especiais na igreja. Em outras palavras, a Escritura é clara somente se ela fala na linguagem comum e se comunica de maneira normal.

Para demonstrar que a Bíblia se comunica na linguagem humana comum, consideremos algumas passagens em que uma leitura excessivamente literal seria

terrivelmente enganosa. Pense na petição em Mateus 6:11, que faz parte da oração do Senhor:

**Dá-nos hoje nosso pão de cada dia (Mateus 6:11).**

Quando esse versículo é lido de uma maneira artificialmente literal, à parte das convenções das expressões humanas normais, parece que Jesus ordenou a Deus que lhe desse pão.

De fato, todas as petições na Oração do Pai Nosso assumem a forma de imperativos, incluindo não apenas “Dá-nos hoje nosso pão de cada dia”, mas também “livrai-nos do mal”. E é verdade que na gramática grega imperativos são muitas vezes ordens.

Esse fato levou alguns cristãos que lêem a Bíblia de uma maneira excessivamente literal a concluir que as palavras de Jesus eram ordens para Deus. E, claro, já que o Pai Nosso é um modelo que devemos seguir em nossas próprias orações, eles também concluíram que temos o direito de emitir ordens a Deus!

Mas, a partir do restante das Escrituras, incluindo as próprias palavras de Jesus na oração do Pai Nosso, sabemos que os verbos imperativos são freqüentemente usados para expressar petições e pedidos. O mesmo também é verdade em português. Por exemplo, dizemos: “Passe o pão, por favor”. Ou “Ajude-me, por favor!” Essas declarações são imperativas. Mas quando dizemos estas palavras, não estamos ordinariamente emitindo ordens. Considere também Amós 4:4, onde o profeta disse o seguinte:

**Vão a Betel e ponham-se a pecar; vão a Gilgal e pequem ainda mais (Amós 4:4).**

Uma leitura excessivamente literal dessas palavras levou alguns intérpretes a pensar que Amós realmente queria que seus ouvintes pecassem contra o Senhor nos centros idólatras de adoração em Betel e Gilgal. Mas esse tipo de leitura não é natural e não leva em conta as intenções do profeta reveladas em outras declarações. Por exemplo, em Amós 5:5 o profeta disse:

**Não busquem Betel, não vão a Gilgal (Amós 5:5).**

Tendo como base esse verso e o restante do livro de Amós, devemos concluir que quando o profeta ordenou que o povo pecasse em Betel e Gilgal, ele falou sarcasticamente, querendo dizer exatamente o oposto do que ele disse. Ele não queria que eles pecassem nesses lugares, mas parassem de pecar neles.

A mecânica da linguagem da Bíblia não é exclusiva das Escrituras. Em vez disso, a Bíblia usa as convenções linguísticas de seus autores e seus públicos originais. Isso significa que, se quisermos interpretar a Bíblia com responsabilidade, temos que aprender como eles costumavam usar a linguagem, e temos que entender qual era a intenção de cada autor quando ele escreveu. Se o autor projetou suas palavras para serem entendidas metaforicamente, então devemos lê-las metaforicamente, buscando no texto o significado que o autor pretendia. Por outro lado, se o autor bíblico elaborou suas palavras de uma forma clara e direta, então nossa responsabilidade é interpretar suas palavras de maneira não figurativa.

## LITERATURA

Assim como existem muitas variedades de linguagem nas Escrituras, há também muitas variedades de literatura. Essas são formas maiores e mais complexas que a linguagem, e são um pouco mais difíceis de dominar. Mas entendê-las é fundamental para lidarmos com as várias partes e aspectos das Escrituras de maneira responsável.

Existem muitas formas ou gêneros diferentes de literatura nas Escrituras. Para citar apenas alguns, a literatura bíblica inclui: prosa, poesia, canto, lei, narrativa, letra, voto, epístola, oráculo profético, provérbio, parábola e drama. E dentro dessas formas mais amplas, muitas vezes há várias categorias menores. Por exemplo, dentro da forma literária do oráculo profético, encontramos oráculos de julgamento, oráculos de bênção, oráculos modelados após processos, e assim por diante. Estas formas distinguem-se pelo seu conteúdo, bem como pela sua estrutura, estilo e uso da linguagem. Além disso, cada gênero bíblico comunica o significado de várias maneiras. Então, assim como devemos estar cientes das complexidades da linguagem na Bíblia, também precisamos estar cientes das complexidades de várias formas literárias.

Normalmente, quando fazemos ética, nos concentramos em passagens da Bíblia que contêm leis ou que ensinam diretamente padrões e obrigações morais. E essas passagens são certamente importantes para nosso estudo da ética. Mas não devemos cometer o erro de pensar que os outros gêneros têm pouco ou nada a oferecer no caminho da instrução ética. Para nossos propósitos, devemos notar que as narrativas bíblicas também comunicam regras e regulamentos éticos. Poesia e canções expressam preocupações éticas. Provérbios e outros escritos de sabedoria refletem sobre valores éticos. A profecia expressa os julgamentos éticos de Deus na forma de prazer ou desprazer em relação às ações humanas.

De fato, como vimos em nossas lições anteriores, toda passagem na Bíblia revela o caráter de Deus, e assim toda passagem contém ensinamentos éticos, seja essa passagem um código legal, uma carta, um poema ou uma coleção de provérbios, ou uma narrativa histórica, ou qualquer outro tipo de literatura. Por essa razão, quando fazemos a ética, precisamos pesquisar todos os tipos de literatura bíblica para suas revelações dos padrões éticos de Deus.

Para ilustrar a ideia de que todos os gêneros encontrados nas Escrituras devem guiar nossas reflexões éticas, vamos considerar o caso das narrativas bíblicas. Certamente, os escritores bíblicos estavam interessados em registrar fatos históricos. Mas eles também estavam interessados em usar esses fatos para suscitar fé e ensinar lições morais. Mencionaremos cinco maneiras específicas pelas quais as narrativas históricas contribuem para nosso estudo e prática da ética cristã.

Primeiro, em um nível muito básico, as narrativas bíblicas nos obrigam a aceitar seu conteúdo factual. Somos moralmente obrigados a acreditar que os detalhes da história da redenção são verdadeiros. Isto é especialmente verdadeiro quando se trata dos eventos centrais do evangelho, como a morte, sepultamento, ressurreição e ascensão de Jesus, e seu envio do Espírito Santo no Pentecostes. Mas também é verdade com relação a todos os outros fatos que a Escritura nos ensina através de narrativas históricas. A mera apresentação desses fatos nas narrativas bíblicas nos obriga a acreditar neles.

A segunda razão pela qual as narrativas bíblicas são importantes para a ética cristã



é que a história bíblica tem o poder de nos transformar eticamente. Quer dizer, conhecer o conteúdo da história bíblica é parte de se tornar um cristão.

Como vimos em nossa primeira lição, somente pessoas boas são capazes de fazer coisas boas. E somente aqueles que têm genuína fé salvadora no evangelho são boas pessoas. É claro que, para termos fé salvadora em Cristo, precisamos saber quem é Cristo e o que ele fez. E esses são fatos que aprendemos através do registro histórico da Bíblia. Assim, é necessário conhecermos as histórias bíblicas se quisermos ter fé salvadora em Cristo. E, portanto, é justo dizer é necessário conhecermos as histórias bíblicas se quisermos nos comportar eticamente.

Terceiro, as narrativas bíblicas fornecem o cenário histórico para as leis de Deus. Para entender corretamente a lei de Deus, devemos entender o contexto histórico em que a lei foi dada. Por exemplo, devemos entender que as narrativas bíblicas enfatizam a graça de Deus para nos motivar a obedecer a sua lei. Até os dez mandamentos começam assim. Como lemos em Êxodo 20:2, Deus começou dizendo:

**Eu sou o Senhor, o teu Deus, que te tirou do Egito, da terra da escravidão (Êxodo 20:2).**

Esta breve declaração histórica introduziu os Dez Mandamentos e forneceu uma motivação central para obedecê-los. De fato, esforçar-se para obedecê-los sem a motivação da gratidão nunca conduzirá à verdadeira obediência aos mandamentos. Afinal, como vimos em uma lição anterior, todos os bons atos devem ter boas motivações.

Assim, as narrativas bíblicas são importantes para a ética porque só podemos entender as leis de Deus corretamente quando entendemos a história bíblica.

Em quarto lugar, as narrativas bíblicas apresentam a avaliação de Deus dos eventos históricos. E porque as avaliações de Deus estão sempre corretas, elas nos fornecem uma orientação ética firme.

Você se lembrará de que definimos “bom” como aquilo que Deus abençoa e “mal” como aquilo que ele amaldiçoa ou pune. Bem, nas narrativas bíblicas, os escritores ilustram os tipos de ações, pensamentos e motivações que Deus abençoa e amaldiçoa. Ao fazer isso, eles fornecem aos seus leitores exemplos para seguir e rejeitar.

Finalmente, ocasionalmente, os escritores da história bíblica registraram seus próprios comentários éticos. Às vezes, esses comentários são sutis, mas outras vezes são bem óbvios. Por exemplo, em Gênesis 13:12-13, Moisés fez esse comentário sobre o povo de Sodoma:

**Ló mudou seu acampamento para um lugar próximo a Sodoma, entre as cidades do vale. Ora, os homens de Sodoma eram extremamente perversos e pecadores contra o Senhor (Gênesis 13:12-13).**

A avaliação moral de Moisés sobre Sodoma não apenas questiona a sabedoria de Ló, mas também antecipa a justiça que Deus logo traria à cidade.

Como porta-vozes inspirados de Deus, os autores de registros históricos bíblicos comentam sobre a bondade ou o mal de muitos dos personagens, atitudes e eventos em suas histórias. Suas avaliações representam as perspectivas do próprio Deus e, portanto,

nos fornecem muitas considerações éticas.

Então, quais são as implicações de usar todas as Escrituras como nosso padrão ético? Em primeiro lugar, o que temos visto sobre narrativas históricas é também verdadeiro em relação a outros tipos de literatura bíblica: todo tipo de literatura é normativo; todo tipo de literatura nos ensina algo sobre como deveríamos pensar, agir e sentir. E como resultado, todas as passagens da Bíblia colocam obrigações morais sobre nós.

Por exemplo, a poesia bíblica geralmente se concentra na expressão emocional apropriada e freqüentemente descreve a aprovação e a desaprovação de Deus. A profecia demonstra a satisfação ou raiva de Deus com o comportamento humano. Também revela muitas coisas boas que se pode fazer para ganhar o favor de Deus, e adverte contra coisas pecaminosas que incorrerão em sua ira. A Literatura de Sabedoria explica o caráter de Deus, que é nossa norma ética final, e nos ensina como aplicar os princípios da lei à vida cristã prática. Mesmo quando as considerações éticas não são enfatizadas em uma passagem, elas sempre podem ser inferidas.

Considere novamente as palavras de Paulo em 2 Timóteo 3:16-17:

**Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, 17 para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra (2 Timóteo 3:16-17).**

Paulo insistiu que toda a Escritura, independentemente do gênero literário, prepara os cristãos para agradar a Deus. Além disso, uma vez que toda passagem da Escritura é relevante para a ética, é legítimo focar os aspectos morais de qualquer passagem dada — mesmo que o autor bíblico não tenha enfatizado o aspecto moral em si. Em resumo, se ignorarmos as implicações éticas de qualquer porção das Escrituras, nos isolamos do escopo completo da orientação ética oferecida na revelação de Deus.

## IMPLICAÇÕES

Agora, o fato das Escrituras usarem tantos tipos de linguagem e literatura para nos ensinar sobre ética tem algumas implicações interessantes para o modo como ensinamos ética hoje. Por um lado, a variedade das Escrituras implica que nosso próprio ensino de ética pode se beneficiar do uso de diferentes gêneros.

É verdade que a instrução ética direta nos ajuda a entender muitas coisas. Mas algo também é perdido quando confiamos inteiramente em instruções diretas. Declarações simples muitas vezes não tocam nossas emoções da mesma maneira que poesia e narrativas, assim como as instruções éticas claras nas Escrituras raramente são tão comoventes ou memoráveis para nós como os Salmos ou as histórias sobre Jesus. As situações exploradas em palestras de ética típicas raramente são tão sutis quanto as narrativas. E afirmações simples raramente nos levam a refletir sobre questões morais como os provérbios.

Então, às vezes pode ser útil ensinar e pregar ética nas várias formas de linguagem usadas pela própria Escritura. Em alguns contextos, nossos ensinamentos

sobre a tomada de decisões éticas serão mais eficazes se usarmos nossas próprias imagens poéticas, histórias, provérbios, parábolas e outros gêneros que normalmente não estão associados à ética.

Então, quando pensamos especificamente sobre a ética cristã, precisamos lembrar que todas as variedades de linguagem e literatura nas Escrituras são normativas. E também precisamos prestar atenção especial às diferentes maneiras pelas quais cada tipo de linguagem e literatura comunica a instrução ética. Somente manipulando cada tipo de linguagem e literatura apropriadamente podemos entender adequadamente seus ensinamentos éticos.

Agora que introduzimos como as diferentes formas de linguagem e literatura na Bíblia nos guiam em nosso uso das Escrituras como nosso padrão moral, devemos voltar nossa atenção para a lei de Deus nas Escrituras, para aquelas partes da Bíblia que abordam a ética mais explicitamente.

## A LEI DE DEUS NA ESCRITURA

---

Nas tradições cristãs e judaicas, os cinco livros de Moisés — Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio — são conhecidos coletivamente como “a Lei”. Mas quando falamos da lei de Deus nessas lições, não estaremos nos referindo primariamente aos livros de Moisés, mas para as partes da Escritura que estão escritas na forma literária de um código legal. Essas porções são encontradas principalmente em Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Mas esses livros também contêm narrativa histórica, poesia, listas e outras partes que não fazem parte de seu código legal. Além disso, algumas partes do código legal são encontradas fora dos livros de Moisés.

Agora, como já dissemos, a lei de Deus não é a única parte da Escritura que contém instrução ética normativa. Toda a Escritura é normativa. Mas a lei contém as expressões mais claras e explícitas de muitos dos requisitos éticos de Deus, e tradicionalmente serviu bem como um ponto de partida para a investigação ética.

Nosso olhar para a lei de Deus se dividirá em duas seções: primeiro, explicaremos a importância dos dez mandamentos, que são os mandamentos fundamentais da lei de Deus. Em segundo lugar, apresentaremos os três tipos diferentes de leis de Deus que os teólogos tradicionalmente reconheceram. Vamos começar voltando nossa atenção para os dez mandamentos.

## DEZ MANDAMENTOS

Os Dez Mandamentos estão listados em Êxodo 20 e em Deuteronômio 5. Várias tradições teológicas enumeram os mandamentos de maneira diferente, mas nessas lições seguiremos a numeração protestante tradicional. Os dez mandamentos podem ser resumidos da seguinte forma:

Mandamento 1: Você não terá outros deuses diante de mim.

Mandamento 2: Você não deve fazer para si mesmo um ídolo.

Mandamento 3: Você não deve abusar do nome do Senhor seu Deus.

Mandamento 4: Lembre-se do dia do Sabbath, mantendo-o sagrado.

Mandamento 5: Honre seu pai e sua mãe.

Mandamento 6: Você não deve assassinar.

Mandamento 7: Você não deve cometer adultério.

Mandamento 8: Você não deve roubar.

Mandamento 9: Você não deve dar falso testemunho.

Mandamento 10: Você não deve cobiçar.

Embora alguns teólogos tratem os Dez Mandamentos como se fossem apenas outra parte da Lei Mosaica, a Bíblia indica que os Dez Mandamentos têm uma primazia especial sobre os outros mandamentos da Escritura.

A primazia dos Dez Mandamentos é tanto histórica quanto teológica. Sua primazia histórica depende do fato de que, até onde sabemos, essas leis foram o primeiro código legal escrito que foi recebido pela nação de Israel. Paulo chamou atenção especial para esse fato em Gálatas 3:17, onde ele escreveu estas palavras:

**A Lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não anula a aliança previamente estabelecida por Deus, de modo que venha a invalidar a promessa (Gálatas 3:17).**

Paulo se referiu à entrega dos Dez Mandamentos como a “introdução” da lei, indicando que esta era a primeira vez que Israel possuía a lei de Deus nesta forma. Israel recebeu os Dez Mandamentos através de Moisés, que recebeu os Dez Mandamentos diretamente de Deus no Monte Sinai. Ao receber os Dez Mandamentos, Israel tornou-se a primeira nação a possuir um extenso código sobrenaturalmente revelado das santas exigências de Deus.

É claro que o povo de Deus ainda tinha muitos mandamentos antes do tempo de Moisés. Nós vemos muito claramente no dia do Dilúvio de Noé que Deus tinha uma série de padrões que ele esperava que as pessoas seguissem. E quando estas pessoas falharam em obedecer a Deus, ele destruiu todo o planeta com as águas da inundação. Além disso, Abraão não estava sem leis e estipulações para obedecer. Em Gênesis 17:1, Deus lhe dera a instrução ampla e exigente:

**Ande segundo a minha vontade e seja íntegro (Gênesis 17:1).**

Agora, os Dez Mandamentos não eram as únicas leis dadas a Israel enquanto eles acampavam ao pé do Monte Sinai. Mas serviram como a declaração preliminar e resumida de um grande número de leis que Israel recebeu imediatamente depois, enquanto ainda estavam acampados no Monte Sinai. Essas outras leis, comumente conhecidas como o Livro da Aliança, podem ser encontradas em Êxodo 21–23. Juntamente com os Dez Mandamentos, o Livro da Aliança formou o código legal inicial de Israel. Mais tarde, esse código foi expandido para incluir muitas outras leis.

Além de ter uma primazia temporal, os Dez Mandamentos também tinham primazia teológica ou ideológica. Como lemos em Êxodo 24:12:

**Disse o Senhor a Moisés: “Suba o monte, venha até mim, e fique aqui; e lhe darei as tábuas de pedra com a lei e os mandamentos que escrevi para a instrução do povo” (Êxodo 24:12).**

Por um lado, ao contrário do livro da aliança que Moisés escreveu de acordo com o livro de instruções, o próprio Deus escreveu os Dez Mandamentos em tábuas de pedra. Deuterônimo 9:10 confirma que o próprio Deus esculpiu os Dez Mandamentos nas tábuas de pedra. Lá Moisés afirmou:

**O Senhor me deu as duas tábuas de pedra inscritas pelo dedo de Deus (Deuterônimo 9:10).**

Ao esculpir os Dez Mandamentos, Deus demonstrou que os Dez Mandamentos eram especiais entre suas leis, que eles mereciam atenção especial e eram, de certa forma, os mais importantes de seus mandamentos.

A primazia teológica dos Dez Mandamentos é também indicada pela ocasião especial em que Israel os recebeu. A concessão da lei foi acompanhada por trovões e relâmpagos, fumaça, nuvens e trombetas celestes. Durante esse tempo, Deus permitiu-se ser visto não somente por Moisés, mas também por Josué, Arão e os setenta anciãos de Israel.

A primazia teológica dos Dez Mandamentos também é enfatizada em Deuterônimo 4:13, onde Moisés identificou os Dez Mandamentos como a própria aliança de Deus com seu povo:

**[Deus] lhes anunciou a sua aliança, os Dez Mandamentos. Escreveu-os sobre duas tábuas de pedra e ordenou que os cumprissem (Deuterônimo 4:13).**

Além disso, de acordo com Êxodo 40:20, Os Dez Mandamentos também foram colocados dentro da Arca da Aliança, escabelo de Deus, que era o objeto religioso mais intimamente associado à presença de Deus com Israel. O Livro da Aliança e o restante das leis não receberam esse reconhecimento especial. Por exemplo, em Mateus 19:17-19, vemos a seguinte discussão entre Jesus, um homem que lhe perguntou como herdar a vida eterna:

**Respondeu-lhe Jesus ... “Se você quer entrar na vida, obedeça aos mandamentos”. “Quais?”, perguntou ele. Jesus respondeu: “Não matarás, não adulterarás, não furtarás, não darás falso testemunho, honra teu pai e tua mãe’ e ‘Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mateus 19:17-19).**

As leis que Jesus listou eram dos Dez Mandamentos, exceto a instrução sobre amar os vizinhos, que é de Levítico 19:18 e que resume as leis que Jesus mencionou dos Dez Mandamentos. Em resumo, Jesus indicou que, obedecendo aos Dez Mandamentos, uma pessoa pode ganhar a vida eterna. É claro que Jesus também ensinou que ninguém é bom o suficiente para obedecer a esses mandamentos. Mas o ponto para nossa discussão

é que Jesus confirmou a importância dos Dez Mandamentos de uma forma muito notável. Mesmo no Novo Testamento, os Dez Mandamentos ainda eram tratados em termos que refletiam sua primazia teológica.

A primazia histórica e teológica que a Bíblia dá aos Dez Mandamentos também foi reconhecida e refletida nas tradições cristãs e judaicas ao longo da história. Por exemplo, as sinagogas geralmente exibem símbolos dos Dez Mandamentos. E as duas tábuas de pedra dos mandamentos são extremamente comuns na iconografia cristã também. Além disso, os mandamentos também têm sido uma parte vital da liturgia cristã. Em suma, por muitos séculos, as tradições cristã e judaica concordaram que essa porção da lei de Deus possui uma primazia especial sobre as outras instruções éticas das Escrituras.

Agora que vimos a importância e a prioridade que as Escrituras colocam nos Dez Mandamentos, devemos voltar nossa atenção para as três categorias tradicionais, ou tipos de leis, que encontramos nas Escrituras.

## TRÊS TIPOS DE LEI

Na maioria dos ramos protestantes da igreja, tem sido comum categorizar as várias leis da Bíblia do Antigo Testamento em três grupos principais: lei moral, lei cerimonial e lei civil. As leis morais são tipicamente pensadas para transmitir os padrões éticos de Deus e geralmente são identificadas com os Dez Mandamentos. As leis civis prevêm o governo da sociedade, especialmente durante o período da teocracia de Israel. As leis cerimoniais, por sua vez, são aquelas que fornecem instruções para adorar a Deus. Frequentemente, estes estão mais intimamente associados com o sistema sacrificial do Antigo Testamento, e com a administração do Tabernáculo e do Templo.

Essas distinções desempenharam um papel tão importante na história da igreja que vamos examiná-las com mais cuidado, primeiro abordando algumas qualificações importantes das divisões tradicionais; segundo, afirmando o valor dessas divisões; e terceiro, discutir a aplicação adequada das categorias tradicionais do direito ao estudo da ética. Vamos pensar primeiro em algumas qualificações da tríplice divisão das leis do Antigo Testamento.

### Qualificações

Embora haja muitas coisas positivas que podem ser ditas sobre a tríplice divisão tradicional da lei, categorizar as leis nas Escrituras não é isento de seus desafios. Em primeiro lugar, a maioria dos estudiosos da Bíblia observa corretamente que as três categorias tradicionais não são ensinadas explicitamente na Bíblia. Ou seja, em nenhum lugar das Escrituras encontramos qualquer afirmação definitiva de que existem tipos distintos de leis conhecidas como morais, cerimoniais e civis, e muito menos instruções explicando quais leis pertencem a quais categorias. Agora, essas categorias têm validade em muitos aspectos, mas não devemos considerá-las óbvias e claras em todos os aspectos.

Em segundo lugar, a Escritura apresenta claramente algumas leis como

pertencentes a mais de uma categoria. Por exemplo, em Êxodo 20:8-11, a ordem para observar o Sabbath é explicitamente definida dentro dos Dez Mandamentos, a lei moral. No entanto, o mandamento do Sabbath também é definido dentro de uma coleção de cerimônias de adoração de Israel em Êxodo 31:14-16.

As Escrituras também identificam explicitamente o mandamento que proíbe o assassinato como um mandamento moral e civil. Este mandamento é também um dos dez mandamentos em Êxodo 20:13, marcando-o como uma lei moral. Mas o Antigo Testamento também deixou claro que o governo deveria punir os assassinos, tornando o assassinato um assunto civil também.

Então, quando olhamos para as leis do Antigo Testamento, devemos estar cientes de que muitas leis caem claramente em mais de uma divisão. De fato, é seguro dizer que todas as leis do Antigo Testamento tem aspectos morais, civis e cerimoniais.

Pense sobre isso da seguinte maneira. Não importa o que possa parecer mais proeminente em um texto específico, toda lei era um padrão de moralidade; toda lei tinha um impacto direto ou indireto nas relações sociais que eram reguladas por leis civis; e de uma maneira ou de outra, as observâncias e violações de todas as leis afetavam a maneira pela qual o povo de Israel participava das cerimônias de adoração. Por essa razão, é melhor falar de diferentes “aspectos” das leis, em vez de colocar cada lei em uma das divisões da lei.

Apesar dessas qualificações, devemos também estar cientes de que a tradicional divisão tríplice tem valor substancial quando se trata de entender como Deus pretendia que sua lei fosse aplicada a seu povo.

## Valor

Em primeiro lugar, a divisão tradicional tripla nos ajuda a ver com mais clareza que a Lei era o padrão abrangente de Deus para a vida de seu povo. A lei não apenas regulava uma pequena parte da vida; regulava tudo da vida. Isto é evidente porque a tríplice divisão tradicional da lei reflete uma distinção genuína que a Escritura estabelece entre os três ofícios que governavam a teocracia de Israel, a saber, os de profeta, sacerdote e rei. A lei moral corresponde de perto ao ofício profético, que estabelece o mandamento de Deus para a justiça. A lei cerimonial ajusta-se bem ao ofício sacerdotal, já que se refere diretamente a funções desempenhadas por sacerdotes, como a expiação. E a lei civil está intimamente relacionada com o ofício de rei, o chefe governante do povo da aliança de Deus.

Em segundo lugar, essa tripla distinção nos ajuda a interpretar leis que a Bíblia não explica totalmente. Ao agrupar leis semelhantes, os teólogos são mais capazes de determinar o significado original e a aplicação de muitas leis sobre as quais a Bíblia diz muito pouco. Afinal, quando a Bíblia nos dá informações abrangentes sobre a aplicação de uma lei, mas muito pouco sobre uma lei semelhante, é razoável usar os entendimentos da primeira para informar nossa compreensão da segunda.

Agora que examinamos algumas qualificações da divisão tradicional da lei e enfatizamos seu valor para o entendimento das Escrituras, devemos voltar nossa atenção para nossa terceira preocupação: a aplicação adequada da tradicional tripla divisão da lei ao estudo da ética.

## Aplicação

Embora muitos teólogos concordem com a validade das categorias tradicionais da lei do Antigo Testamento, eles frequentemente discordam sobre como aplicar essas categorias ao estudo da ética. Alguns dizem que categorias inteiras de leis não se aplicam aos cristãos modernos. Em seu entendimento, a existência dessas categorias e a correta identificação das leis fornecem um mecanismo pelo qual elas podem evitar a aplicação da Palavra de Deus em suas vidas. Outros teólogos dizem que todas as leis individuais ainda se aplicam, mas apenas em relação a alguns de seus aspectos. Outros ainda argumentam que as categorias tradicionais simplesmente nos ajudam a ver como cada aspecto de cada lei deve ser aplicado na vida de todo cristão.

Considere, por exemplo, a declaração da *Confissão de Fé de Westminster* no capítulo 19, seção 3:

**Todas as leis cerimoniais estão agora revogadas sob o novo testamento.**

Esta declaração reflete o fato de que desde a morte, sepultamento, ressurreição e ascensão de Cristo, o povo de Deus não mais deve observar muitos dos comportamentos específicos que foram exigidos sob o sistema sacrificial e templo mosaicos. Não devemos mais manter o templo, nem restringir as mulheres e os gentios do acesso à santa presença de Deus, nem sacrificar animais por nossos pecados.

A *Confissão de Fé de Westminster* faz uma afirmação semelhante em relação à lei civil, mas permite que a equidade geral, ou princípios morais básicos, das leis civis continuem a se aplicar. Ele fala das leis civis de Israel no capítulo 19, seção 4, onde afirma:

**A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral.**

Novamente, a idéia básica aqui é que os requisitos específicos das leis civis não se aplicam mais; eles "expiraram".

Agora, é verdade que os crentes não precisam mais se comportar de muitas maneiras especificadas no Antigo Testamento, especialmente no que diz respeito às leis que dizem respeito à cerimônia do Antigo Testamento e ao governo civil. Esses comportamentos foram substituídos pela mais completa revelação do Novo Testamento. As leis civis e cerimoniais do Antigo Testamento realmente "terminaram" no sentido de que não devemos retornar aos padrões de vida do Antigo Testamento.

Mas é fundamental perceber que, em outro sentido, as leis civis e cerimoniais do Antigo Testamento ainda se aplicam aos cristãos modernos. As leis civis e cerimoniais ainda nos guiam como padrão de Deus hoje, assim como as leis morais fazem.

Há pelo menos quatro razões pelas quais os cristãos ainda devem olhar para as leis civis e cerimoniais do Antigo Testamento, bem como para suas leis morais, para orientação ética hoje.



Primeiro, o caráter de Deus exige que aprendamos com a revelação que essas leis fornecem. Como já vimos, o caráter de Deus é nosso padrão supremo de ética. E a lei do Antigo Testamento reflete o caráter de Deus; é uma revelação de quem é Deus e como ele é. E o caráter de Deus não mudou. Isso significa que tudo o que a Lei revelou sobre Deus no Antigo Testamento continua sendo verdadeiro hoje. Em resumo, as leis civis e cerimoniais do Antigo Testamento ainda revelam nosso padrão moral.

Segundo, a própria Escritura ensina a contínua aplicação moderna de toda lei do Antigo Testamento, até a última. Por exemplo, em Mateus 5:18-19, Jesus deu este ensinamento:

**Enquanto existirem céus e terra, de forma alguma desaparecerá da Lei a menor letra ou o menor traço, até que tudo se cumpra. Todo aquele que desobedecer a um desses mandamentos, ainda que dos menores, e ensinar os outros a fazerem o mesmo, será chamado menor no Reino dos céus; mas todo aquele que praticar e ensinar estes mandamentos será chamado grande no Reino dos céus (Mateus 5:18-19).**

De acordo com Jesus, toda lei continuará a revelar o padrão de Deus até que “tudo seja cumprido”. Mas tudo ainda não foi cumprido — Cristo ainda não retornou. Até que ele o faça, até mesmo o menor dos mandamentos deve ser ensinado e observado. Então, de uma forma ou de outra, até mesmo as leis civis e cerimoniais continuam a nos ensinar as normas de Deus para nossas vidas.

Terceiro, o fato é que a Bíblia ensina consistentemente que a lei é um todo unificado, interdependente, que não se preocupa com as distinções entre divisões cerimoniais, civis ou morais. Por exemplo, em Tiago 2:10-11, lemos estas palavras:

**Pois quem obedece a toda a Lei, mas tropeça em apenas um ponto, torna-se culpado de quebrá-la inteiramente. Pois aquele que disse: “Não adulterarás”, também disse: “Não matarás” (Tiago 2:10-11).**

Na mente de Tiago, a lei era indivisível porque tudo veio do mesmo Deus.

Quarto, toda a Escritura, não apenas algumas partes, é para nossa instrução moral. Isso significa que as leis cerimoniais e civis, bem como as leis morais, têm algo a nos ensinar sobre a ética moderna. Como Paulo escreveu em 2 Timóteo 3:16:

**Toda a Escritura é ... útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça (2 Timóteo 3:16).**

Observe que Paulo não listou nenhuma exceção aqui. Pelo contrário, ele incluiu “toda a Escritura”. Isso significa que mesmo as leis cerimoniais e civis são úteis para nos treinar nos caminhos da justiça.

Agora, perceber que as leis civis e cerimoniais ainda fazem parte de nosso padrão ético na ética cristã é um primeiro passo importante. Mas também é importante saber como incluir esses tipos de lei em nossas avaliações éticas. Afinal de contas, já estabelecemos que não devemos simplesmente continuar com os comportamentos do

Antigo Testamento com relação a essas leis. Então, o que devemos fazer com essas leis? Qual processo de aplicação devemos seguir?

Ao longo desta série de lições, enfatizamos que as decisões éticas sempre envolvem a aplicação da Palavra de Deus a uma situação por uma pessoa. Como resultado, o padrão de qualquer lei, quer enfatize aspectos morais, civis ou cerimoniais, não pode ser adequadamente entendido ou aplicado sem considerar tanto a situação à qual ela é aplicada quanto a pessoa que a aplica. E sempre que os detalhes da situação ou da pessoa mudarem, podemos esperar que a aplicação da Palavra de Deus seja pelo menos um pouco diferente.

Por uma questão de ilustração, consideremos um caso de teste do Antigo Testamento em que uma lei civil foi aplicada a uma situação histórica. Assim, considere o caso das filhas de Zelofoade mencionadas em Números 27. De acordo com a lei que Deus havia dado anteriormente a respeito da distribuição da Terra Prometida, as provisões deveriam ser distribuídas às famílias, e elas seriam divididas entre os filhos. Agora, Zelofoade era um homem que havia morrido no deserto, deixando cinco filhas, mas sem filhos. De acordo com a lei de distribuição de propriedade que Deus havia ordenado, as filhas de Zelofoade não podiam herdar a terra de seu pai. Então, as filhas apelaram a Moisés. Nós lemos a petição deles em Números 27:3-4:

**Nosso pai morreu no deserto ... e não deixou filhos. Por que o nome do nosso pai deveria desaparecer de seu clã por não ter tido um filho? Dê-nos a propriedade entre os parentes de nosso pai (Números 27:3-4).**

Agora, se o Senhor tivesse a intenção de aplicar a lei de forma crua ou mecanicamente, o caso teria sido clara definição. Conforme a lei, as filhas de Zelofoade não poderiam receber uma herança na Terra Prometida. Mas no verso seguinte, uma coisa notável aconteceu. Ouça as palavras de Números 27:5:

**Moisés levou o caso perante o Senhor (Números 27:5).**

Isso não é incrível? Moisés havia entregue a lei sobre distribuição de propriedade e era o juiz supremo em Israel. Acima de todos os outros nessa nação, ele tinha conhecimento íntimo dos caminhos de Deus e dos detalhes da lei de Deus. Se alguém deveria saber como julgar este caso, Moisés era o homem. Então, por que ele não sabia que decisão tomar?

Moisés entendeu que a lei que Deus lhe dera foi planejada para administrar uma situação em que havia filhos. E ele sabia que o objetivo dessa lei era garantir o lugar de cada família dentro de sua tribo e preservar suas parcelas de terras tribais. Mas no caso das filhas de Zelofoade, Moisés enfrentou a questão de como aplicar o padrão revelado por essa lei a uma nova situação. Ele precisava da ajuda de Deus porque sabia que a nova situação afetaria a maneira como ele aplicaria a lei. E a resposta de Deus é digna de nota. Ouça o que Deus disse em Números 27:7-8:

**As filhas de Zelofoade têm razão ... Diga aos israelitas: Se um homem morrer e não deixar filho, transfiram a sua herança para a sua filha (Números 27:7-8).**

A passagem prossegue listando vários outros casos em que a herança de um homem pode cair para outras pessoas além de seus filhos. Mas o ponto que estamos fazendo é o seguinte: Deus indicou que o mesmo aspecto de seu caráter deveria ser aplicado de diferentes maneiras em diferentes situações. Em muitos aspectos, os cristãos enfrentam a mesma dificuldade que Moisés enfrentou: temos o padrão da lei de Deus, mas precisamos aplicá-lo a uma nova situação. Toda a lei deve ser reinterpretada e aplicada à luz de Cristo e do seu trabalho.

Como sacerdote, Cristo cumpre os aspectos cerimoniais da lei. Os princípios cerimoniais da lei ainda são obrigatórios, e devemos segui-los confiando em Cristo como nosso sacrifício e adorando em Espírito e em verdade.

Como rei, Cristo cumpre os aspectos civis da lei. E a igreja, que é sua nação na terra, está obrigada a obedecer a esses aspectos não apenas vivendo justamente sob nossos respectivos governos terrestres, que estão sob o domínio maior de Cristo, mas também honrando diretamente a Cristo como rei e guardando seus mandamentos.

E finalmente, como profeta, Cristo cumpre os aspectos morais da lei. Nós dependemos apenas da moralidade de Cristo como base para nossa aceitação diante de Deus. No entanto, também devemos nos conformar à imagem e ao exemplo de Cristo, procurando viver de maneira tão moral quanto ele durante seu ministério terreno e como ele continua a fazer no céu.

Em resumo, as categorias de lei moral, cerimonial e civil são úteis de várias maneiras, especialmente quando pensamos nelas como aspectos de cada lei e não como categorias distintas. Mas essas categorias nunca devem ser usadas como base para ignorar qualquer porção ou aspecto das leis de Deus. Como vimos, toda a lei de Deus continua sendo nosso padrão de moralidade e somos obrigados a aplicar toda a lei de Deus à nossa situação moderna. Cada pedaço da lei de Deus ainda serve como norma para a ética cristã.

Agora que estabelecemos uma orientação básica para a variedade da Escritura e a lei de Deus nas Escrituras, devemos explorar a unidade das Escrituras, considerando as maneiras pelas quais a lei se relaciona com as outras porções da revelação escrita de Deus.

---

## UNIDADE DA ESCRITURA

---

É muito comum na igreja moderna ouvir os professores da Bíblia dizerem coisas como: “Os cristãos não têm que obedecer à lei — nós apenas temos que crer no evangelho”, ou “A única lei que Deus exige que obedecemos é a lei do amor”. Agora, reconhecidamente, nem tudo o que a Bíblia diz sobre esses assuntos é perfeitamente claro. Mas se analisarmos corretamente todos os dados bíblicos, o que descobrimos é que a unidade da Escritura é tão grande que a lei é completamente compatível com tudo o mais na Bíblia.

Nesta seção de nossa lição, veremos várias maneiras pelas quais a lei interage com outros ensinamentos nas Escrituras. Vamos ver primeiro a maneira como a lei se

relaciona com o mandamento do amor. Em segundo lugar, vamos voltar nossa atenção para a relação entre a lei e o evangelho da graça. Terceiro, examinaremos a lei em relação à história redentora e à nova aliança. E quarto, abordaremos a questão da harmonia de todos os mandamentos divinos. Vamos começar com o relacionamento da lei com o mandamento do amor.

## MANDAMENTO DE AMOR

Quando falamos do “mandamento do amor”, estamos falando primeiro e acima de tudo do mandamento de amar a Deus. E, por implicação deste mandamento, também estamos nos referindo ao mandamento de amar uns aos outros. Embora nenhum desses mandamentos apareça nos Dez Mandamentos, ambos têm uma certa prioridade que deve ser reconhecida. Como Jesus afirmou em Mateus 22:37-40:

**Ame o Senhor, o seu Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu entendimento’. Este é o primeiro e maior mandamento. E o segundo é semelhante a ele: ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas” (Mateus 22:37-40).**

Aqui, Jesus identificou o mandamento de amar a Deus como o maior mandamento de todos. Ele também indicou que o mandamento de amar o próximo é a segunda lei mais importante. E ele ensinou que todos os outros mandamentos dependem dessas duas leis. Assim, todos os outros mandamentos são, em certo sentido, uma descrição de como devemos amar a Deus e ao próximo.

De fato, Paulo chegou a dizer isso em Romanos 13:9-10:

**Os mandamentos ... todos se resumem neste preceito: “Ame o seu próximo como a si mesmo” ... Portanto, o amor é o cumprimento da Lei (Romanos 13:9-10).**

E em Gálatas 5:14 ele escreveu:

**Toda a Lei se resume num só mandamento: “Ame o seu próximo como a si mesmo” (Gálatas 5:14).**

Agora, é importante ler as palavras de Paulo com muito cuidado, porque muitos teólogos cometeram o erro de pensar que nesses versículos Paulo ensinou que os cristãos não precisam obedecer a nenhuma lei, exceto a lei, para amar o próximo. Na verdade, porém, Paulo estava dizendo que o mandamento de amar o próximo é inseparável de todos os outros mandamentos, porque todos os mandamentos da Escritura nos ensinam a amar o próximo. Então, se genuinamente amamos perfeitamente nosso vizinho, vamos manter toda lei que Deus deu.

Em outras palavras, nem Jesus nem Paulo pretendiam substituir as várias estipulações da lei por uma fórmula mais simples, exigindo apenas amor a Deus e ao

próximo. Em vez disso, ambos pretendiam ensinar que os requisitos para amar a Deus e ao próximo são um aspecto de toda lei e, portanto, que uma pessoa que ama perfeitamente cumprirá todos os mandamentos da lei. Considere, por exemplo, Deuteronômio 6, do qual Jesus citou na passagem de Mateus que acabamos de ler. Deuteronômio 6:1-5 diz:

**Esta é a lei, isto é, os decretos e as ordenanças, que o Senhor, o seu Deus, ordenou que eu lhes ensinasse ... desse modo vocês ... temerão o Senhor, o seu Deus, e obedecerão a todos os seus decretos e mandamentos, que eu lhes ordeno ... Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todas as suas forças (Deuteronômio 6:1-5).**

Aqui podemos ver que, em seu contexto original, a passagem que Jesus citou sobre amar a Deus estava inseparavelmente ligada a todos os vários mandamentos da lei que Deus havia dado através de Moisés. O amor a Deus nunca teve a intenção de substituir os outros requisitos.

Assim, ao procurarmos entender como usar a lei na ética cristã, precisamos ter em mente a primazia e a importância do amor. De fato, precisamos lembrar que toda a lei de Deus é resumida nos mandamentos de amar a Deus e ao próximo. Mas, ao mesmo tempo, precisamos reconhecer que a ênfase da Escritura no mandamento do amor não nos exige de guardar todas as outras leis da Bíblia.

Agora que examinamos a interdependência entre o mandamento do amor e o restante da lei, estamos prontos para explorar a maneira como o evangelho da graça se relaciona com a lei de Deus.

## EVANGELHO DA GRAÇA

Um mal-entendido comum entre os cristãos é que a lei é contrária ao evangelho da graça. Muitos acreditam que, porque somos salvos pela graça à parte das obras da lei, não temos absolutamente nenhuma obrigação de obedecer à lei. Outros acreditam que a lei é corretamente vista apenas como uma ameaça e terror contra os pecadores, enquanto o evangelho, ao contrário, é o que nos salva depois que a lei nos condenou. Em toda a verdade, há tantas visões sobre o relacionamento entre a lei e o evangelho da graça que não podemos mencioná-las todas. Assim, para combater toda uma série de falsas noções, descreveremos a perspectiva bíblica sobre esse relacionamento concentrando-nos no que tem sido tradicionalmente chamado de “três usos da lei”.

Desde a Reforma Protestante, os teólogos têm falado frequentemente de três maneiras diferentes pelas quais a lei é usada nas Escrituras. Embora haja muita concordância sobre a validade de vários usos diferentes, os teólogos nem sempre foram consistentes na numeração desses usos. Então, para evitar confusão, nessas lições nos referiremos aos três usos da lei na seguinte ordem:

O primeiro uso da lei é o uso pedagógico, ou o uso da lei como professor. Quando usada pedagogicamente, a lei leva os homens a Cristo, incitando e expondo seus pecados, e ameaçando puni-los.

O segundo uso da lei é o uso civil. Quando usamos a lei para um fim civil, usamos isso para restringir o pecado na sociedade. Este uso é por vezes associado à disciplina externa.

O terceiro uso da lei é o uso normativo. Este é o uso da lei como um guia ou regra para os cristãos fiéis.

O uso pedagógico ou primeiro uso da lei fala da forma como a lei de Deus destaca o pecado dentro dos incrédulos e mostra-lhes sua necessidade de Cristo. Todos conhecemos a experiência de aprender que algo é proibido na medida que somos atraídos ainda mais para cometê-lo. Paulo escreveu sobre sua própria experiência com o uso pedagógico da lei em Romanos 7:7-8, onde escreveu estas palavras:

**Eu não saberia o que é cobiça, se a Lei não dissesse: “Não cobiçarás”. Mas o pecado, aproveitando a oportunidade dada pelo mandamento, produziu em mim todo tipo de desejo cobiçoso. Pois, sem a Lei, o pecado está morto (Romanos 7:7-8).**

Este uso da lei é comumente associado ao ensino bíblico de que os crentes uma vez já estiveram sob a lei, mas estão agora sob a graça. Quando os incrédulos são confrontados pelos padrões e penalidades da lei, eles são incitados a pecar ainda mais, e eles reconhecem a punição ou maldição com que a lei os ameaça por causa do seu pecado. Essa ameaça leva alguns incrédulos a Cristo, que graciosamente os salva da maldição da lei. Esta é a ideia por trás das palavras de Paulo em Romanos 6:14:

**Pois o pecado não os dominará, porque vocês não estão debaixo da Lei, mas debaixo da graça (Romanos 6:14).**

Nesse sentido, o uso pedagógico da lei não se aplica diretamente aos crentes. Uma vez que uma pessoa foi levada a Cristo, a lei terminou seu trabalho a esse respeito. Então, no que diz respeito ao uso pedagógico, não estamos mais sob a lei.

O uso civil ou segundo da lei envolve o modo como a lei restringe o pecado ao ameaçar a punição contra aqueles que a violam. Podemos pensar em maneiras de restringir nosso próprio comportamento por medo de punição por aqueles que detêm a autoridade civil sobre nós. Este uso da lei é para crentes e não crentes, e se concentra especialmente na instituição do governo civil por Deus como um instrumento para restringir o mal. Em lições futuras, abordaremos muitos assuntos relacionados a esse uso da lei, então, por enquanto, simplesmente notar que isso não é incompatível com o evangelho da graça.

O terceiro ou uso normativo da lei, no entanto, é muito útil para nosso estudo a medida que pensamos sobre a lei em termos do evangelho e da ética cristã. O uso normativo aplica a lei da maneira que temos usado nessas palestras, ou seja, como uma revelação da vontade de Deus para a vida cristã. Podemos compará-lo com as regras domésticas que nossos pais implementaram para nos manter seguros e para que possamos obedecê-las porque amamos e confiamos em nossos pais. Por exemplo, ouça as palavras de 1 João 3:4:

**Todo aquele que pratica o pecado transgride a Lei; de fato, o pecado é a transgressão da Lei (1 João 3:4).**

João escreveu estas palavras muito depois de Cristo ter ascendido ao céu. No entanto, ele afirmou que a lei continua a ser o padrão para o nosso comportamento. Ele chegou a ponto de definir todo pecado em termos de quebra da lei. Para simplificar, a lei ainda é o padrão pelo qual o comportamento cristão é julgado como justo ou pecaminoso. E muitas passagens indicam que quando a lei é usada como padrão para o comportamento cristão, ela é perfeitamente compatível com o evangelho.

Antes de sermos salvos, éramos todos pecadores, incapazes de guardar a lei. Estávamos sob a maldição da lei porque éramos infratores da lei. Mas agora que somos salvos, somos contados como perfeitos guardadores da lei em Cristo, para que recebamos as prometidas bênçãos da lei de salvação e vida. Paulo se referiu a esse estado como sendo “sob a graça” para contrastá-lo com estar sob a maldição da lei.

Em suma, enquanto os crentes não estão “debaixo da lei” no sentido de que sofremos sua maldição quando pecamos, estamos “debaixo da lei” no sentido de que recebemos suas bênçãos, e no sentido de que somos obrigados a obedecê-la. Em Tiago 1:25, Tiago coloca o assunto desta maneira:

**O homem que observa atentamente a lei perfeita, que traz a liberdade, e persevera na prática dessa lei, não esquecendo o que ouviu mas praticando-o, será feliz naquilo que fizer (Tiago 1:25).**

Agora que vimos como a lei de Deus complementa tanto o mandamento do amor quanto o evangelho da graça, devemos olhar para a lei em relação à nova aliança e aos desenvolvimentos da história da redenção.

## NOVA ALIANÇA

Quando falamos de história redentora e da nova aliança, estamos nos referindo às mudanças que ocorreram entre as eras do Antigo e do Novo Testamento como resultado da obra de Jesus Cristo. E, neste ponto, estamos mais interessados no modo como essas mudanças afetam nosso uso da lei na ética cristã. No Antigo Testamento, a nova aliança é mencionada por nome apenas uma vez, e isso está em Jeremias 31:31. O Novo Testamento, por outro lado, refere-se a isso várias vezes. A menção mais útil para os nossos propósitos, no entanto, pode ser encontrada em Hebreus 8, onde o autor cita extensivamente a passagem de Jeremias 31 e aplica-a à igreja. Em Hebreus 8:8-10 lemos estas palavras:

**Farei uma nova aliança com a comunidade de Israel e com a comunidade de Judá ... Porei minhas leis em sua mente e as escreverei em seu coração. Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo (Hebreus 8:8-10).**

Observe que nesta passagem a nova aliança não é algo que nos liberta da lei. Em

vez disso, na nova aliança, a lei ainda é central. De fato, a lei está escrita em nossas mentes e corações como as regras da nova aliança.

A imagem da lei sendo escrita em nossos corações e mentes indica que conhecemos e amamos a lei. Longe de deixar a lei para trás como uma coisa do passado, na nova aliança internalizamos a lei e a mantemos sinceramente. Na verdade, é exatamente assim que a lei deveria ser observada até mesmo na antiga aliança. Como o Senhor falou em Deuteronômio 6:6:

**Todas estas palavras que hoje lhe ordeno estejam em seu coração (Deuteronômio 6:6).**

E como o salmista testificou no Salmo 119:11:

**Guardei no coração a tua palavra para não pecar contra ti (Salmos 119:11).**

A palavra de Deus sempre deveria estar nos corações e mentes de seu povo, e realmente estava nos corações e mentes de muitos, mesmo na antiga aliança. A escrita da lei em nossos corações e mentes não é algo novo ou diferente na nova aliança; é um ponto de continuidade com a antiga aliança.

Podemos até dizer que a nova aliança nos dá razões ainda maiores para obedecer à lei. Afinal, no Antigo Testamento, os crentes olhavam para o êxodo do Egito e para a vida na Terra Prometida como base para sua obediência à lei. Mas hoje os cristãos olham para o trabalho muito maior da salvação em Cristo e encaminham para a ainda maior obra de Cristo em sua segunda vinda como base para nossa obediência à lei.

Mas, novamente, é importante que, como cristãos, reapliquemos a lei à luz das mudanças que ocorreram entre a antiga e a nova aliança. Como o autor de Hebreus escreveu em 10:1 do seu livro:

**A Lei traz apenas uma sombra dos benefícios que hão de vir, e não a sua realidade (Hebreus 10:1).**

Na nova aliança, Cristo foi revelado como aquele a quem a lei prefigurava. E como resultado, muitas leis que obrigavam os crentes da antiga aliança a realizar coisas como oferecer sacrifícios são agora cumpridas pela realidade que eles prefiguravam, a saber, o sacrifício de Cristo. Como resultado, nós mantemos corretamente essas leis confiando em Jesus como nosso sacrifício, não sacrificando touros e bodes.

Nas lições futuras, examinaremos mais de perto os tipos de ajustes que devemos fazer quando aplicamos a lei à era do Novo Testamento. Mas, por enquanto, deve ficar claro que, em princípio, a lei se aplica durante a nova era da aliança.

Agora que exploramos a lei em relação ao amor, ao evangelho e a nova aliança, estamos prontos para abordar nosso tópico final: a harmonia de todos os mandamentos de Deus uns com os outros.



## HARMONIA

No sistema legal da Bíblia, há um grande número de leis e requisitos. Estes são tão numerosos e tocam em tantos assuntos que essas leis parecem conflitar umas com as outras. Conflito entre regras é um problema que todo sistema ético deontológico ou orientado por regras enfrenta. Mas no caso da lei bíblica, não há contradições reais; as leis de Deus nunca entram em conflito umas com as outras, assim como o caráter de Deus nunca entra em conflito consigo mesmo. Em vez disso, todos os ensinamentos morais das Escrituras estão em perfeita harmonia uns com os outros.

Como vimos em Tiago 2:10, a lei é um todo unificado:

**Pois quem obedece a toda a Lei, mas tropeça em apenas um ponto, torna-se culpado de quebrá-la inteiramente (Tiago 2:10).**

Porque a lei é unificada, seus vários comandos coletivamente exigem nossa obediência. Ou seja, sempre que nossas ações estiverem em verdadeira concordância com qualquer estipulação específica da lei, elas estarão de acordo com o todo.

Então, sempre que parece que certas leis nas Escrituras contradizem umas às outras, isso simplesmente significa que nós ainda não chegamos a entender a lei corretamente. O fato é que nunca entenderemos toda a lei perfeitamente, então, de tempos em tempos, nos sentiremos divididos entre as várias leis de Deus. Como, então, resolvemos essas tensões? Bem, há muitas coisas que podem ser ditas sobre tais situações, mas vamos mencionar apenas duas.

Em primeiro lugar, as leis de Deus são dadas com o entendimento implícito de que às vezes algumas leis têm prioridade sobre as outras. Por exemplo, em Mateus 5:23-24, Jesus dá a seguinte instrução:

**Se você estiver apresentando sua oferta diante do altar e ali se lembrar de que seu irmão tem algo contra você, deixe sua oferta ali, diante do altar, e vá primeiro reconciliar-se com seu irmão; depois volte e apresente sua oferta (Mateus 5:23-24).**

Jesus ensinou que a reconciliação entre o povo de Deus tem precedência mesmo sobre certas ofertas feitas a Deus — tanto que, mesmo que um crente esteja no altar e pronto para apresentar sua oferta, ele deve adiar sua oferta até que tenha acertado as coisas com seu irmão.

Sempre que certos pecados são considerados piores do que outros, ou certas leis são consideradas mais importantes do que outras, devemos perceber que a Bíblia está atribuindo diferentes níveis de prioridade a seus vários comandos. Assim, dar prioridade a uma lei sobre outra é, de fato, de acordo com o todo da lei e, portanto, não é um conflito entre leis específicas.

Em segundo lugar, as leis bíblicas também são dadas com o entendimento implícito de que existem exceções às regras. Ou seja, no sistema legal da Bíblia, supõe-se que em emergências e outras circunstâncias incomuns, os regulamentos normais podem ser transcendidos por princípios mais importantes.

Considere, por exemplo, o confronto entre os apóstolos e o Sinédrio em Atos 5.

Nessa situação, o Sinédrio havia ordenado aos apóstolos que parassem de pregar sobre Jesus, mas os apóstolos haviam ignorado seu comando. A defesa dos apóstolos de sua ação está registrada em Atos 5:29:

**É preciso obedecer antes a Deus do que aos homens! (Atos 5:29).**

Neste caso, como o corpo governante do povo judeu, o Sinédrio tinha alguma autoridade legítima sobre os apóstolos. E, como regra geral, a Bíblia exige que obedeçamos às autoridades humanas. No entanto, quando o Sinédrio contradisse os mandamentos de Deus, isso criou uma exceção à regra geral de que devemos obedecer aos nossos líderes humanos. Por causa dessa exceção, o justo e bom que os apóstolos fizeram foi desobedecer ao Sinédrio e obedecer a Deus.

Mas, novamente, este não foi um caso em que uma lei entrava em conflito com outra. Afinal, a lei é um todo unificado, revelando o caráter de Deus, e o caráter de Deus não está em desacordo consigo mesmo. Pelo contrário, a lei prevê que os princípios gerais, por vezes, indicam cursos de ação contrários. Nesses casos, a coisa certa a fazer deve ser descoberta observando cada comando e princípio, e medindo a situação e as motivações à luz de todas as obrigações. O melhor curso de ação será obediente a todo o corpo da lei em seu pleno significado, mesmo que não se assemelhe ao modo como geralmente aplicamos alguns princípios.

É claro que temos que ser cautelosos quando atribuímos prioridades a vários comandos nas Escrituras. E porque somos seres humanos caídos e limitados, sem dúvida haverá momentos em que não conseguiremos descobrir o que é certo e até algumas vezes iremos tomar decisões erradas. No entanto, devemos sempre lembrar que as Escrituras são unificadas e, portanto, devemos trabalhar duro para encontrar as maneiras pelas quais as leis de Deus se harmonizam umas com as outras.

## CONCLUSÃO

---

Nesta lição, examinamos as maneiras pelas quais muitas partes e aspectos das Escrituras trabalham juntos como padrão de Deus para a ética cristã. Vimos que as variedades de linguagem e literatura nas Escrituras devem ser tratadas de maneira um tanto diferente e que cada uma delas tem algo de especial para nos dizer sobre ética. Também exploramos as divisões e funções da lei de Deus nas Escrituras. E vimos como a lei é unificada consigo mesma e com todas as outras partes da Escritura.

À medida que continuamos nosso estudo da ética bíblica, é importante lembrar que existem muitas partes e aspectos diferentes das Escrituras e que cada um deles nos comunica informações éticas de diferentes maneiras. Ao manter essas idéias em mente enquanto continuamos a estudar e a viver nossas vidas diante de Deus, seremos capazes de lidar com cada parte e aspecto das Escrituras de maneira mais responsável e igualar nossas vidas aos padrões que Deus nos revelou.